

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **Ofício Interno/Memorando nº 1.710/2023**, que concerne no **1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 01.25.08.2022-SESAU/PMA**, celebrado com a empresa **A J COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES-EPP**, inscrita no CNPJ nº **32.137.731/0001-70**, que tem como objeto o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, psicotrópicos saúde mental e urgência/emergência, para atendimento médico aos usuários da Rede de Atenção à Saúde de Município de Ananindeua, **com vigência no período de 25/08/2022 a 25/08/2023**. O presente Termo de Apostilamento consiste na adequação de dotação orçamentária, para atender a despesa, conforme Lei nº 3.283/2022 de 16/12/2022, que estima a receita fixa a despesa do Município de Ananindeua para o exercício de 2023, com o objetivo de alterar a Fonte de Recursos, o mesmo encontra-se assinado pela **Sra. Dayane da Silva Lima, Secretária Municipal de Saúde em 04 de janeiro de 2023**.

Consta nos autos Justificativa e Autorização, assinada pela **Sra. Dayane da Silva Lima, Secretária Municipal de Saúde**.

Conforme informações contidas nos autos. Com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido **Termo de Apostilamento** encontra-se:

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

() Com irregularidades de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o **Termo de Apostilamento** supramencionado encontra-se **revestido de todas as formalidades legais**, porém solicitamos atenção para o prazo para a publicação no mural do TCM, **conforme as exigências do Art. 2º da Resolução Administrativa nº 043/2017/TCM-PA, de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas dos Municípios - Pará, Art. 6º (...), II – na fase de resultado, até 30 dias após a assinatura do contrato, termo aditivo ou instrumentos congêneres**, desta forma segue os autos, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ananindeua-Pa, 23 de janeiro de 2023